



“Constituição da Elite Nacional: uma análise do mando nas classes dominantes entre 1822-1889”

Leonardo Martins de Oliveira*, Nelson Mendes Cantarino.

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo estudar a constituição e consolidação da elite brasileira e a sua participação no jogo político que definiu as bases do Estado imperial. Diante disso, analisamos como este Estado permitiu o mando político desses agentes. Concluímos que várias combinações deram origem a elites distintas. Contudo, a elite era altamente treinada, graças ao ensino de direito de Coimbra e das faculdades de São Paulo e Olinda. Pela falta de uma elite política recrutada em setores homogêneos da população, a homogeneidade observada tinha uma natureza muito mais ideológica, permitida por esse treinamento e pela socialização dessa elite. Esse fator, e políticas de caráter clientelista, marcaram a formação do Estado imperial.

Palavras-chave:

Monarquia, elite imperial, mando político.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo partir das obras de Mattos (2011), Carvalho (2012) e Martins (2006) e analisar a constituição e consolidação da elite brasileira e a sua participação no jogo político que definiu as bases do Estado imperial. Neste trabalho utilizamos o método histórico-estrutural, que consiste na utilização de uma abordagem sistêmica com o objetivo de explicar diferentes realidades, as quais se supõe serem caracterizadas por determinadas estruturas econômicas, políticas e sociais que se alteram ao longo do tempo.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial [seguido de] Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 440 p.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do estado imperial. 6. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2011.

Resultados e Discussão

Analisamos os conceitos e argumentos que embasaram o projeto de Estado e de sociedade construída por esses indivíduos e como este projeto de Estado permitiu o mando político da elite imperial. Carvalho defende que a elite imperial tinha uma homogeneidade ideológica e de treinamento, tanto pela sua formação educacional, como pela ocupação e carreira política. Já Mattos defende que a elite era composta por um grupo heterogêneo que se associou devido a interesses em comum, principalmente relacionados à escravidão. Martins, por outro lado, defende que esta elite possuía origem heterogênea, mas assinala, dentre outras coisas, que a formação em comum, realizada predominantemente em Coimbra, permitiu uma homogeneidade ideológica que a unificou.

Conclusões

Partimos da hipótese inicial de que o mando político desta elite foi permitido graças à legislação da época, construída com base na legislação portuguesa, mas também com adaptações que garantiram a centralidade política do país. Para manter essa estrutura de poder, damos destaque às políticas clientelistas e de troca de favores e à ampla rede de relacionamentos que se constituiu no país e que, até hoje, tem influência nos caminhos políticos de todos os entes da federação.

Agradecimentos

Agradeço ao Núcleo de História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio a esse trabalho.